

INVENTANDO NOSSOS EUS – A QUESTÃO DA SUBJETIVIDADE

Aliandra Cristina Mesomo Lira¹

Nikolas Rose em seu texto *Inventando nossos eus* (2001) aborda a questão da subjetividade procurando caracterizar os modos de ação, o funcionamento das teorias psicológicas na subjetivação dos seres humanos. O interesse por tal discussão se justifica na medida em que o autor não explica conceitos, mas procura desmontar, problematizar, desconstruir o natural, o conhecido e proclamado sobre a constituição do eu. Para empreender tal tarefa, Rose assinala que estamos envolvidos em uma série de arranjos, montagens, “agenciamentos” nos quais somos permanentemente trabalhados.

A idéia que a maioria de nós tem sobre nossa constituição é que temos liberdade e construímos nossa identidade, nosso eu baseados em escolhas que fazemos. O trabalho crítico que o autor faz é no sentido de desconstruir evidências colocando essas verdades e convicções em questão e pensando sobre elas, procurando reconhecer o modo como nossas idéias sobre as coisas foram geradas ao longo do tempo.

Rose destaca o papel dos discursos científicos psicológicos e pedagógicos na formação do eu e na produção de verdades, desvelando nas entrelinhas de seu texto como o Estado disseminou, através da ciência, o poder na modernidade. Declarando-se como portadora do discurso da verdade sobre o eu a ciência psicológica moderna configurou-se para produzir determinados efeitos ao veicular uma racionalidade que deveria ser trabalhada pelas próprias pessoas. É procurando reconhecer como estas coisas se organizam e funcionam que o autor desenvolve seu texto, cujas principais idéias procuraremos apresentar sucintamente a seguir.

O EU *INVENTADO*

A Psicologia, como “ciência do indivíduo”, surge no final do século XIX, apontando para a concretização do sujeito ideal e tendo importante papel nas montagens contemporâneas de subjetivação. As exigências de tranquilidade e ordem social passam a gerar técnicas para moldar e reformar os eus que são aplicadas nas principais instituições modernas (escolas, prisões, clínicas etc). Tais instituições, fundamentadas especialmente nos princípios psicológicos,

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste, em Guarapuava, Paraná.

estabeleceram uma série de “racionalidades práticas” que se proliferaram na vida diária dos humanos e que, através de normas e dispositivos, tornaram inteligíveis e julgáveis as capacidades e condutas dos indivíduos.

São práticas que apreendem os seres humanos de variadas formas em locais e espaços particulares, passando a funcionar como arranjos e com capacidades fabricadas e transformadas por meio de conexões e ligações.

A subjetivação é, assim, o nome que se pode dar aos efeitos da composição e da recomposição de forças, práticas e relações que tentam transformar – ou operam para transformar – o ser humano em variadas formas de sujeito, em seres capazes de tomar a si próprios como os sujeitos de suas próprias práticas e das práticas dos outros sobre eles. (ROSE, 2001, p. 143)

São variadas relações e ligações que produzem os sujeitos; suas forças são constituídas e moldadas ao serem trabalhadas por e conectadas a arranjos diversos. O corpo social se dispõe em uma configuração com articulações em níveis diferentes que capacita os humanos a fazerem determinadas coisas e a agirem de determinadas maneiras.

Nessa disposição os sujeitos relacionam-se consigo mesmos de formas particulares onde passam a compreender-se, julgar-se, colocar-se em ação estabelecendo assim práticas de subjetivação. Segundo Rose (2001, p. 166), a subjetivação “[...] não é um produto nem da psique nem da linguagem, mas de um agenciamento heterogêneo de corpos, vocabulários, julgamentos, técnicas, inscrições, práticas”.

Por isso, o autor questiona quais seriam as práticas, espaços e arranjos que maquinam nossa subjetividade e dão ao sujeito uma forma psicológica. Segundo ele, a “maquinação do ser” acontece em uma multiplicidade de cenários que permeiam nossa existência e a tornam inteligível e praticável, como por exemplo, no trabalho, nas escolas, nas clínicas, no comércio, no governo, dentre outros.

Poderemos compreender melhor as práticas de subjetivação se as concebermos em termos das complexas interconexões, técnicas e linhas de força que se estabelecem entre componentes heterogêneos, incitando, tornando possível e estabilizando relações particulares conosco mesmos, em locais e lugares específicos. (ROSE, 2001, p.176)

Esses múltiplos e diferentes arranjos que atuam sobre as relações conosco mesmos operam de acordo com um objetivo comum e partilhado e utilizando um discurso sofisticado que envolve e passa a ser adotado como verdadeiro e necessário.

O discurso escolar, por exemplo, ao impregnar-se de normas e disciplinarizações institui uma escolaridade e um governo dos infantis que são vistos como naturais. São práticas regulatórias que se amparam na imagem de liberdade e autonomia, mas que vêm acompanhadas por uma intensificação governamental. A escola “inventa” um eu para as pessoas que o interiorizam e

por isso ele funciona e passa a existir. Os arranjos são montados para dar origem a uma técnica de si o que revela que o poder é tecnológico já que se aplica a qualquer criança e a submete na medida em que essa se vincula, aceita a viver nessa tecnologia.

Como isso acontece em todo campo social, em múltiplos cenários, não é percebido. O conjunto de idéias morais que a escola veicula e nas quais a criança passa a acreditar são as verdades da ciência, que toma o discurso da disciplina, por exemplo, como principal aliado. Ou seja, a escola expande a razão ao disciplinar as crianças e o que caracteriza isso é o silêncio que naturaliza esta disciplinarização; a tarefa disciplinar só é feita porque as pessoas acreditam que não estão diretamente implicadas. É nesse universo que a linguagem tem um papel importante e um objetivo estratégico

O PAPEL DA LINGUAGEM

Rose também discute o papel da linguagem na subjetivação. Para o autor ela precisa ser vista como um arranjo de práticas discursivas que se introduz em uma série de multiplicidades. Logo, o importante não é pensar o que ela significa, mas sim, como funciona, o que faz “[...] que componentes de pensamento ela coloca em conexão, que vínculos ela desqualifica, o que capacita os humanos a imaginar, a diagramar, a fantasiar uma determinada existência, a se reunirem em um agenciamento[...].” (ROSE, 2001, p. 159).

Nesse sentido a linguagem constrói os objetos sobre os quais fala, mas isto só é possível através da voz dos falantes; a linguagem forma as coisas e estas coisas só são entendidas a partir da linguagem. A linguagem constitui a realidade na medida em que nós só vemos esta realidade a partir de conceitos; é uma tecnologia que constitui quando é utilizada pelas pessoas.

Por exemplo, quando me relaciono comigo mesmo a partir da linguagem estou utilizando uma prática que incita, inscreve uma determinada relação e me constitui como um sujeito de determinado tipo. Assim, a linguagem viabiliza uma tecnologia que faz com que cada um de nós elabore um discurso racional sobre si mesmo. Nas palavras de Rose (2001, p.149), “A linguagem tanto torna possível que cada falante se estabeleça a si mesmo como um sujeito, ao se referir a si próprio como ‘eu’ em seu discurso, quanto é tornada possível por este mesmo fato”.

Essa relação terapêutica do sujeito consigo mesmo está muito baseada em modelos do que é considerado certo ou errado, normal ou anormal, bom ou mau. É por isso que podemos dizer que a formação da subjetividade está intimamente ligada com os discursos que a ciência proclama, principalmente as teorias psicológicas. Assim, o autor ressalta que:

O que precisa ser analisado é o modo de relação consigo mesmo que é intimado nas práticas e nos procedimentos, nos vínculos, nas linhas de força e nos fluxos definidos que constituem pessoas e as atravessam e as circundam em maquinações particulares de força – para trabalhar, para curar, para reformar, para educar, para trocar,

para desejar, não apenas para responsabilizar, mas para manter como responsabilizável. (ROSE, 2001, p. 165)

ENTÃO...O QUE FAZER?

Rose (2001) destaca no final de seu texto a importância da problematização e do discernimento frente às práticas, o que poderia, talvez, permitir pequenas desconexões dos arranjos que nos envolvem na modernidade.

O poder é difuso e se espalha capilarmente pelo tecido social utilizando-se de dispositivos modernos que se solidarizam e potencializam. O importante é pensar reflexivamente procurando reconhecer como este poder funciona, quais as suas minúcias, como ele age nos pequenos detalhes, em todos os tempos e espaços; como cada um de nós funciona, de acordo com que regras e no interior de quais redes de poder. É nesse sentido que o autor sugere que nosso papel seja o de questionar as formas de ser e tentar pensar que elas podem ser diferentes.

REFERÊNCIAS

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.